

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.204, DE 2004 (MENSAGEM Nº 14/2004)

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC – a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul”

Autor: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática

Relator: Deputado **SIGMARINGA SEIXAS**

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 22 de setembro de 2003, “ que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul”.

1.2 A já referida Mensagem nº 14/2004, no que concerne à proposição ora examinada, foi apreciada, primeiramente, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou a respectiva matéria nos termos do projeto de decreto legislativo epigrafado.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

2.1 Nos termos do art. 32, IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na forma da redação dada pela Resolução nº 20, de 2004, da Câmara dos Deputados, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete o

exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara dos Deputados e de suas Comissões.

2.2 A presente proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o que dispõem os arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal.

2.3 Tendo sido obedecidos – como o foram – tais requisitos constitucionais, pode-se afirmar que o projeto em exame enquadra-se nos preceitos ou princípios da Constituição, nada havendo a objetar no tocante à sua constitucionalidade.

2.4 Quanto à técnica legislativa, apresenta-se conforme as normas estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 95, de 1988, e 107, de 2001, nada havendo, igualmente, a reparar.

2.5 Ante o exposto, não existindo óbices para sua tramitação e aprovação nesta Casa, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.204, de 2004.

Sala de Comissão, em de de 2005.

Deputado **SIGMARINGA SEIXAS**
Relator